



VITTA TECNOLOGIA EM SAÚDE S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Índice das demonstrações financeiras

Índice	Pág.
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço Patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração dos resultados abrangentes	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO					
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	560	39	4.043	3.448
Contas a receber de clientes	6.3	—	337	3.411	8.808
Contas a receber de partes relacionadas	11	—	740	—	740
Impostos a recuperar	8	1	795	1.185	2.224
Despesas antecipadas	9	48	48	1.830	252
Dividendos a receber	10	7.163	—	—	—
Outros ativos	11	32	570	359	1.975
Total do ativo circulante		7.804	2.529	10.828	17.447
Ativo não circulante					
Contas a receber de partes relacionadas	12	127	120	927	1.613
Despesas antecipadas	9	4	52	11	52
Outros ativos	11	—	—	5	4
Investimentos	13.1.1	27.581	34.843	—	—
Imobilizado		—	110	9	126
Intangível	14.2	954	1.722	9.221	9.469
Total do ativo não circulante		28.666	36.847	10.173	11.264
Total do ativo		36.470	39.376	21.001	28.711
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Passivo circulante					
Contas a pagar		148	186	984	1.595
Contas a pagar a partes relacionadas	12	24.691	23.188	544	5.408
Empréstimos e financiamentos		—	113	—	113
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	15	—	2.243	2.977	4.337
Obrigações tributárias	16	—	4	960	3.033
Outras contas a pagar		—	509	191	1.079
Total do passivo circulante		24.839	26.243	5.656	15.565
Passivo não circulante					
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	15	278	—	1.115	—
Provisão para contingências	17	—	—	4	13
Total do passivo não circulante		278	—	1.119	13
Patrimônio líquido					
Capital social	18				
	18.1	71.662	65.540	71.662	65.540
Ações em tesouraria		—	—	—	—
Reserva de capital	18.2	14.184	8.493	14.184	8.493
Reserva de lucros	18.3	178	178	178	178
Outros resultados abrangentes		(149)	—	(149)	—
Prejuízos acumulados		(74.522)	(61.078)	(74.522)	(61.078)
Patrimônio atribuível aos acionistas controladores		11.353	13.133	11.353	13.133
Participação dos não controladores		—	—	2.873	—
Total do patrimônio líquido		11.353	13.133	14.226	13.133
Total do passivo e patrimônio líquido		36.470	39.376	21.001	28.711

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receitas					
Receita líquida de serviços	19.2	92	391	54.051	57.939
Custo dos serviços prestados	20	(2.957)	(7.055)	(36.606)	(31.803)
Lucro (prejuízo) bruto		(2.865)	(6.664)	17.445	26.136
Despesas administrativas	20	(2.368)	(6.519)	(12.968)	(15.858)
Despesas de vendas	20	(1.721)	(4.201)	(5.551)	(5.438)
Outras receitas (despesas) operacionais	20	(2.828)	(223)	(10.912)	(2.072)
Lucro (prejuízo) operacional		(9.782)	(17.607)	(11.986)	2.768
Despesas financeiras		(434)	(681)	(640)	(849)
Outras receitas financeiras		75	7	126	317
Resultado financeiro líquido		(359)	(674)	(514)	(532)
Ganho (perda) no investimento em controladas	12	(3.303)	14.024	—	—
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(13.444)	(4.257)	(12.500)	2.236
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	—	—	(944)	(6.493)
Prejuízo do exercício		(13.444)	(4.257)	(13.444)	(4.257)
Prejuízo atribuível á:					
Acionistas da controladora		(13.444)	(4.257)	(13.386)	(4.257)
Participação dos não controladores		—	—	(58)	—

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(13.444)	(4.257)	(13.444)	(4.257)
Mudança relativa à participação societária	(149)	—	(149)	—
Total do resultado abrangente	(13.593)	(4.257)	(13.593)	(4.257)

		Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total	Não controladores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022		65.540	8.135	178	—	(56.822)	17.031	—	17.031
Pagamento baseado em ações		—	358	—	—	—	358	—	358
Prejuízo do exercício		—	—	—	—	(4.256)	(4.256)	—	(4.256)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		65.540	8.493	178	—	(61.078)	13.133	—	13.133
									0
Saldo em 31 de dezembro de 2023		65.540	8.493	178	—	(61.078)	13.133	—	13.133
Aumento de capital	18.1	6.122	—	—	—	—	6.122	2.565	8.687
Pagamento baseado em ações		—	5.691	—	—	—	5.691	101	5.792
Prejuízo do exercício		—	—	—	—	(13.444)	(13.444)	58	(13.386)
Outros resultados abrangentes		—	—	—	(149)	—	(149)	149	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024		71.662	14.184	178	(149)	(74.522)	11.353	2.873	14.226

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício		(13.444)	(4.257)	(13.385)	(4.257)
Ajustes para conciliar o resultado aos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais					
Depreciação e amortização		805	1.044	3.882	5.591
Equivalência patrimonial	13	3.302	(14.024)	—	—
Ajuste de participação		—	(100)	—	—
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(644)	(91)	1.465	(236)
Pagamento baseado em ações		2.339	263	5.792	358
Juros sobre provisão para contingências		2	—	(9)	13
Perdas (ganhos) na baixa/alienação de bens		128	(40)	872	155
		5.932	(12.948)	12.002	5.881
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		981	958	3.932	(3.275)
Contas a receber de partes relacionadas		733	299	1.426	181
Imposto a recuperar		1.299	(2)	1.693	(140)
Despesas antecipadas		47	(99)	(1.537)	(304)
Outros ativos		538	(173)	1.632	(59)
Contas a pagar		(38)	50	(611)	(1.366)
Contas a pagar de partes relacionadas		1.503	18.529	1.258	974
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(1.965)	(1.161)	(245)	(334)
Obrigações tributárias		(509)	(170)	(2.727)	(2.938)
Outros contas a pagar		(510)	(276)	(906)	(250)
Imposto de renda e contribuição social pagos		—	9	—	4.317
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		(5.433)	759	2.532	(1.570)
Aquisição de ativos intangíveis		(55)	(810)	(4.389)	(6.220)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos		(55)	(810)	(4.389)	(6.220)
Aumento de capital	18	6.122	—	2.565	—
Pagamento de arrendamento		(113)	—	(113)	—
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		6.009	—	2.452	—
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		521	(51)	595	(7.790)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		39	88	3.448	11.236
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		560	39	4.043	3.448
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		521	(49)	595	(7.788)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Vitta Tecnologia em Saúde S.A. ("Companhia" ou "Vitta Tecnologia") foi fundada em 11 de abril de 2017, com sede na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 7.221, 14º andar, Pinheiros, CEP 05425-070, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital fechado que possui a STNE Investimentos S.A. ("STNE Investimentos"), Stone Franchising Ltda. ("Stone Franchising") e a Equals Software Participações S.A. como acionistas diretas, sendo, em última instância controlada pela StoneCo Ltd. ("StoneCo").

A Companhia tem por objeto social:

- O desenvolvimento e/ou exploração de software de gestão de clínicas, de consultórios e de hospitais;
- A gestão de sistemas de meios de pagamentos utilizados na área da saúde, incluindo clínicas, consultórios e hospitais;
- A consultoria em tecnologia da informação;
- A atuação como holding de instituições não financeiras;
- A corretagem e agência de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde;
- A atuação em atividades auxiliares de seguros, de previdência complementar e dos planos de saúde não especificados anteriormente;
- A atuação em atividades de apoio a gestão de saúde;
- Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliário;
- A participação no capital de outras sociedades, como sócia, acionista ou quotistas.

1.1. Informações do Grupo

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vitta Tecnologia incluem as seguintes controladas:

Nome da empresa	Principais atividades	Participação societária do grupo %	
		31/12/2024	31/12/2023
Vitta Corretora de Seguros Ltda. ("Vitta Corretora") ^(a)	Corretagem de seguros	93,40	100,00
Vitta Saúde Administradora de Benefícios Ltda. ("Vitta Saúde")	Serviços de saúde	100,00	100,00
Vitta Serviços em Saúde Ltda. ("Vitta Serviços") ^(b)	Serviços de saúde	83,27	100,00

(a) Aumento de capital devido à conversão de contrato de mútuo celebrado em 13 de junho 2024 e 20 de junho de 2024, entre Vitta Corretora e a Stone Franchising.

(b) Aumento de capital devido à conversão de contrato de mútuo celebrado em 13 de junho 2024, entre Vitta Serviços e a Stone Franchising.



2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que evidencia todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, como por exemplo, aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio vigente na data de fechamento do balanço. Ganhos e perdas com variação cambial resultantes da liquidação de transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio de bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e do intangível e de sua recuperabilidade nas operações, recuperabilidade de tributos diferidos, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação e incertezas das transações envolvendo julgamento e premissas dessas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Estimativas e premissas são revistas pelo menos anualmente pela Companhia.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em [...] de abril de 2025.

3. Descrição das principais práticas contábeis

As políticas contábeis mais relevantes são apresentadas nas correspondentes notas ao longo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Demais políticas contábeis, não relacionadas com notas específicas e julgadas como relevantes pela administração são apresentadas a seguir.

3.1. Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando:

- espera-se realizá-lo ou pretenda vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o exercício de divulgação; ou



- é caixa ou equivalente de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou utilização para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado como circulante quando:

- espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- deve ser liquidado dentro de 12 meses após o exercício de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.2. Novas normas e alterações de normas e interpretações adotadas

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em ou após 1º de janeiro de 2024:

- Emendas ao CPC 26 - Classificação do passivo como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 da CPC 26 para especificar os requisitos para classificar passivos como circulantes ou não circulantes.
- Alterações no CPC 03 - Demonstração de Fluxos de Caixa e no CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações à IAS 7 Demonstração de Fluxos de Caixa e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros, para esclarecer as características dos acordos de financiamento com fornecedores e exigir divulgações adicionais de tais acordos. As alterações visam melhorar a compreensão das características das transações de financiamento com fornecedores e incluir divulgações nas demonstrações financeiras que ajudam os usuários a compreenderem os efeitos sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez da entidade.

As alterações acima mencionadas não tiveram qualquer impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3.3. Novas normas e alterações de normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas e alterações de normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor.

- CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 – Instrumentos Financeiros Divulgações: Publicado em maio de 2024, as alterações tratam, basicamente, dos seguintes temas: data de reconhecimento e baixa de alguns instrumentos financeiros, e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros para classificação e mensuração. Adicionalmente são aprimoradas as divulgações relativas aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, com aplicação retrospectiva. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

- **CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1/CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras. A norma introduz novos requisitos de apresentação na demonstração de resultados, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas na demonstração de resultados em uma de cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, imposto sobre o rendimento e operações descontinuadas, sendo as três primeiras novas. Também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela gestão, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas 'funções' identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements "PFS") e nas notas explicativas. Além disso, foram introduzidas alterações de âmbito restrito à IAS 7/CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para a determinação dos fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo" para "lucro ou prejuízo operacional" e eliminam as opções em torno da classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Existem ainda alterações consequentes em várias outras normas. As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, mas a aplicação antecipada é permitida e deve ser divulgada. A IFRS 18 será aplicada retrospectivamente.

A Companhia está avaliando as alterações as serem realizadas para determinar os impactos em suas demonstrações financeiras.

4. Julgamentos, estimativas e premissas significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

Os julgamentos, estimativas e premissas são revisados frequentemente, e quaisquer efeitos são reconhecidos no exercício de revisão e em quaisquer exercícios futuros afetados. O objetivo dessas revisões é mitigar o risco de diferenças significativas entre os resultados estimados e efetivos no futuro. Premissas significativas sobre fontes de incerteza em estimativas futuras e outras fontes significativas na data-base das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas ao longo da demonstração financeira.

5. Caixa e equivalentes de caixa

5.1. Políticas contábeis

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e aplicações financeiras, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

5.2. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos bancários em moeda nacional	560	39	4.043	3.448
Total	560	39	4.043	3.448

6. Contas a receber de clientes

6.1. Políticas contábeis

Um recebível representa o direito da Companhia a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido), sendo reconhecido pelo valor nominal, deduzindo valor presente e provisão para perda esperada, quando aplicável.

6.2. Julgamentos, estimativas e premissas significativas

6.2.1. Provisão para perdas ocorridas e esperadas com risco de crédito

A provisão para perdas esperadas com risco de crédito da Companhia considera as taxas baseadas em dias de atrasos. Uma provisão para perda é constituída para os títulos vencidos há mais de 30 dias, que são provisionados em sua totalidade.

6.3. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de clientes	—	981	4.059	10.240
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	—	(644)	(648)	(1.432)
Total	—	337	3.411	8.808

Os títulos possuem a seguinte composição:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023	
	Duplicatas a Receber	Provisão para Perdas	Duplicatas a Receber	Provisão para Perdas	Duplicatas a Receber	Provisão para Perdas	Duplicatas a Receber	Provisão para Perdas
A Vencer	—	—	337	—	3.345	—	7.663	—
De 1 a 30 dias	—	—	—	—	90	(24)	464	—
De 31 a 60 dias	—	—	—	—	153	(153)	193	(193)
De 61 a 90 dias	—	—	—	—	19	(19)	120	(120)
De 91 a 180 dias	—	—	2	(2)	51	(51)	672	(672)
Acima de 181 dias	—	—	642	(642)	401	(401)	1.128	(447)
Total	—	—	981	(644)	4.059	(648)	10.240	(1.432)

6.4. Movimentação de provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação do saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo em 1º janeiro	(644)	(735)	(2.113)	(2.350)
Adições	(6)	(478)	(755)	(3.769)
Reversões	650	569	2.220	4.006
Saldo em 31 de dezembro	—	(644)	(648)	(2.113)

7. Imposto de renda e contribuição social**7.1. Reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(13.444)	(4.255)	(12.500)	2.239
Alíquotas vigentes	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	4.571	1.447	4.250	(761)
Efeitos de receitas (despesas) não tributáveis (dedutíveis) para fins fiscais				
Outras diferenças permanentes	(213)	(50)	(162)	815
Equivalência Patrimonial	(1.123)	4.802	—	—
Impostos diferidos não reconhecidos ^(a)	(450)	188	(1.644)	(410)
Utilização de prejuízos fiscais anteriormente não reconhecidos	(2.785)	(6.387)	(3.388)	(6.229)
Outros incentivos fiscais	—	—	—	92
Despesa total de imposto de renda e contribuição social	—	—	(944)	(6.493)
Impostos correntes	—	—	(944)	(6.493)
Despesa total de imposto de renda e contribuição social	—	—	(944)	(6.493)

(a) O saldo refere-se predominantemente ao SBP e ao saldo negativo de IRPJ, ajustado conforme os critérios da alíquota de 34% sobre o movimento das provisões do período.

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Impostos e contribuições a compensar	—	—	26	24
Imposto de renda e contribuição social	1	—	1.087	1.166
Impostos sobre rendimentos financeiros	—	2	—	60
Impostos retidos sobre serviços prestados	—	793	72	974
Total	1	795	1.185	2.224

9. Despesas antecipadas

	Controlada		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas antecipadas	52	99	1.841	304
Total	52	99	1.841	304

10. Dividendos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos a receber de Vitta Corretora	7.163	—	—	—
Total	7.163	—	—	—

11. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento a fornecedores	—	464	—	576
Adiantamentos a funcionários	32	106	252	115
Contratos estipulados	—	—	1.197	1.965
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação sobre contratos estipulados	—	—	(1.091)	(681)
Outros ativos	—	—	6	4
Total	32	570	364	1.979
Circulante	32	570	359	1.975
Não Circulante	—	—	5	4

12. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas compreendem as empresas controladas do Grupo StoneCo, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa.

Ativos	Tipo de operação	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone IP")	Nota de débito	27	20	614	1.458
Buy4 Processamento de Pagamentos S.A. ("Buy4")	Nota de débito	—	—	113	—
Vitta Serviços	Nota de débito	—	740	—	740
StoneCo	Nota de débito	100	100	100	100
Stone Logística Ltda ("Stone Log")	Nota de débito	—	—	52	—
Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. ("Pagar.me")	Nota de débito	—	—	29	—
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. ("Linx Sistemas")	Nota de débito	—	—	9	—
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. ("Tag")	Nota de débito	—	—	4	—
STNE Participações S.A. ("STNE Par")	Nota de débito	—	—	3	55
Linx Automotivo Ltda ("Linx Automotivo")	Nota de débito	—	—	2	—
Linx Telecomunicações Ltda. ("Linx Telecom")	Nota de débito	—	—	1	—
Total nota de débito		127	860	927	2.353
Stone IP	Conta corrente	541	—	3.755	1.895
Contas a receber de partes relacionadas		668	860	4.682	4.248

Passivos	Tipo de operação	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
STNE Investimentos	Nota de débito	—	(5.197)	—	(5.197)
Stone Franchising	Nota de débito	—	—	(536)	—
StoneCo	Nota de débito	—	—	—	—
MNLT S.A. ("MNLT")	Nota de débito	—	(16)	(3)	(196)
STNE Par	Nota de débito	—	(1)	—	(1)
Linx Sistemas	Nota de débito	—	(9)	(5)	(14)
Vitta Corretora	Nota de débito	(14.847)	(11.085)	—	—
Vitta Saúde	Nota de débito	(1.176)	(3.301)	—	—
Vitta Serviços	Nota de débito	(8.668)	(3.579)	—	—
Contas a pagar de partes relacionadas		(24.691)	(23.188)	(544)	(5.408)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, existiram despesas compartilhadas no montante de R\$ 884 (R\$ 1.361 em 31 de dezembro de 2023) e receitas financeiras referentes a prestação de serviços no montante de R\$ 151.357 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023).

Pessoas-chaves

A remuneração global do pessoal-chave da Administração totaliza R\$ 1.635 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.405 em 31 de dezembro de 2023).

**13. Investimentos****13.1. Políticas contábeis**

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a investidora tenha influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da investida, sem haver, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

Controlada é uma entidade controlada por outra entidade, denominada controlador, por meio do exercício de poder deste e exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a controlada.

Os investimentos em coligada e em controlada da Companhia são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento em coligadas e controladas é inicialmente reconhecido ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para reconhecer as alterações na participação da Companhia nos ativos líquidos das coligadas e controladas desde a data de aquisição. O ágio relacionado a uma coligada ou controlada é incluído no valor contábil do investimento e não é testado separadamente.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados das operações das coligadas e controladas. Qualquer alteração no VJORA das coligadas e controladas é apresentada como parte do VJORA da Companhia. Além disso, quando houver uma mudança reconhecida diretamente no patrimônio líquido das coligadas e controladas, a Companhia reconhece a sua participação nas mudanças, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados resultantes de transações entre a Companhia e suas coligadas e controladas são eliminados na extensão da participação na investida.

O total da participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de coligadas e controladas é demonstrado na demonstração do resultado fora do resultado operacional e representa o lucro ou prejuízo após impostos e participações de não controladoras nas investidas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas das investidas são preparadas para o mesmo exercício de encerramento da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para alinhar as políticas contábeis às da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável sobre o investimento em sua investida. Em cada data-base, a Companhia determina se existe evidência objetiva de que o investimento na investida possa ter se desvalorizado. Se houver tal evidência, a Companhia determina o montante da redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o seu valor contábil e, em seguida, reconhece a perda por participação nos lucros da investida na demonstração do resultado.

Após a perda de controle sobre uma controlada ou perda de influência significativa sobre uma coligada, a Companhia avalia e reconhece o investimento residual pelo seu valor justo. Qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de influência significativa, o valor justo do investimento residual e o resultado da alienação é reconhecida no resultado.

Nenhum dos investimentos em coligadas e controladas apresentou restrições significativas na transferência de recursos na forma de dividendos em dinheiro ou pagamento de obrigações, durante o período reportado.

13.1.1. Movimentação dos Investimentos

	Participação Societária			Total
	Vitta Corretora	Vitta Saúde Adm.	Vitta Serviços	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.941	7.799	884	20.624
Integralização de capital	—	—	100	100
Equivalência patrimonial	10.493	(2.653)	6.185	14.025
Pagamento baseado em ação	96	—	—	96
Saldos em 31 de dezembro de 2023	22.530	5.146	7.169	34.845
Mudança de participação	(89)	—	(60)	(149)
Dividendos	(7.163)	—	—	(7.163)
Equivalência patrimonial	(509)	(3.294)	499	(3.304)
Pagamento baseado em ação	1.682	765	905	3.352
Saldos em 31 de dezembro de 2024^(a)	16.451	2.617	8.513	27.581

^(a) O saldo total de investimentos é composto por valor patrimonial das controladas

14. Intangível**14.1. Políticas contábeis****14.1.1. Softwares e custos de desenvolvimento - reconhecimento inicial**

Certos custos diretos de desenvolvimento associados a softwares desenvolvidos internamente e aprimoramentos de softwares da plataforma de tecnologia da Companhia são capitalizados. Os custos capitalizados, que ocorrem após a determinação pela Administração da viabilidade técnica, incluem serviços externos e custos internos da folha de pagamento. Esses custos são registrados como intangível ao longo da fase de desenvolvimento. Gastos com pesquisa e desenvolvimento, bem como os custos de manutenção e treinamento, são contabilizados como despesas, conforme incorridos.

14.1.1.1. Outros ativos intangíveis - reconhecimento inicial

Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao seu valor justo na data de aquisição.

14.1.1.2. Reconhecimento subsequente

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui marcas e patentes como ativos intangíveis com vida útil indefinida. Intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo de sua vida útil estimada. Os intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Em ambos os casos, o ativo intangível é testado quanto à redução ao valor recuperável sempre que houver indicação que o seu valor contábil não poderá ser recuperado. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida, o teste de redução ao valor recuperável é obrigatório anualmente.

O valor contábil de um ativo intangível é composto pelo seu custo líquido da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas.

A vida útil e o método de amortização para intangíveis com vida útil definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício ou quando for identificada mudança no padrão de uso do ativo. Mudanças de vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são consideradas como mudanças de estimativas contábeis e, portanto, seus efeitos são contabilizados prospectivamente a partir do período em que ocorreu a mudança.

A amortização de intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do intangível. As vidas úteis dos ativos intangíveis são demonstradas abaixo:

	Vida útil estimada (anos)
Softwares	5

Ganhos e perdas resultantes da alienação ou baixa de ativos intangíveis são mensurados como a diferença entre o valor líquido da alienação (se houver) e seu valor contábil e são reconhecidos no resultado.

14.2. Movimentação do intangível

	31/12/2023	Controladora		31/12/2024
		Adições	Baixas	
Software	3.942	55	(626)	3.371
Marcas e patentes	3	—	—	3
Custo	3.945	55	(626)	3.374
Software	(2.223)	(764)	567	(2.420)
Amortização acumulada	(2.223)	(764)	567	(2.420)
Intangível, líquido	1.722	(709)	(59)	954

	31/12/2023	Adições	Consolidado		31/12/2024
			Baixas	Transferências	
Software	19.800	297	(1.556)	3.956	22.497
Intangível em andamento próprio	695	4.092	(194)	(3.956)	637
Marcas e patentes	3	—	—	—	3
Custo	20.498	4.389	(1.750)	—	23.137
Software	(11.029)	(3.834)	947	—	(13.916)
Amortização acumulada	(11.029)	(3.834)	947	—	(13.916)
Intangível, líquido	9.469	555	(803)	—	9.221

15. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para férias, 13º salário e encargos	—	2.010	2.401	3.073
Provisão para participação lucros e bônus	—	—	—	1.001
Encargos sociais a recolher	278	—	1.691	—
Outros	—	233	—	263
Total	278	2.243	4.092	4.337
Circulante	—	2.243	2.977	4.337
Não circulante	278	—	1.115	—

16. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social	—	—	862	2.275
Contribuições sobre receitas	—	3	72	740
Imposto de renda retido na fonte	—	1	—	—
Outros impostos e contribuições	—	—	26	18
Total	—	4	960	3.033

17. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões cíveis.

17.1. Perdas prováveis, provisionadas no balanço patrimonial

Com base na avaliação de seus assessores jurídicos, a Companhia constituiu provisão para contingências relativas a riscos cíveis, como segue:

	Consolidado Cível
Saldos em 31 de dezembro de 2022	—
Adições	10
Juros	3
Saldos em 31 de dezembro de 2023	13
Adições	29
Reversões	(40)
Juros	2
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4

17.2. Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Companhia possui ações de natureza cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, como a seguir apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	6	—	—	—
Cíveis	—	—	14	—
Total	6	—	14	—

18. Patrimônio líquido**18.1. Capital social**

O capital social totalmente subscrito em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 71.661.799 dividido em 53.983.037 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em decorrência da cisão parcial da Equals S.A., realizada em 02 de janeiro de 2023, a totalidade das ações emitidas pela Companhia foram transferidas para a Equals Software Participações S.A.

Em 30 de setembro de 2024, a Companhia aumentou seu capital social em R\$ 6.122, passando a ter o capital social de R\$ 71.662, dividido em 53.983.037 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Acionistas	País sede	31/12/2024		31/12/2023	
		Participação (%)	Total de Ações Ordinárias	Participação (%)	Total de Ações Ordinárias
Equals Software Participações S.A.	Brasil	88,66 %	47.861.316	100 %	47.861.316
Stone Franchising Ltda.	Brasil	0,95 %	513.043	—	—
STNE Investimentos S.A.	Brasil	10,39 %	5.608.678	—	—
Total de ações		100,0 %	53.983.037	100 %	47.861.316

18.2. Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu um montante de R\$ 5.691, para a distribuição de remunerações baseadas em ações, o total da reserva de capital é de R\$ 14.184 em 31 de dezembro de 2024 (R\$8.493 em 31 de dezembro de 2023).

18.3. Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui uma reserva de lucro no total de R\$178.

19. Receitas**19.1. Políticas contábeis****19.1.1. Receita de contrato com clientes**

A receita é reconhecida quando a Companhia transfere o controle dos serviços para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que a Companhia espera receber em troca desses serviços. A Companhia concluiu que é a principal em seus acordos de receita, porque normalmente controla os serviços antes de transferi-los para o cliente. A Companhia aplica os seguintes cinco passos relativos às receitas:

1. identificação dos contratos com o cliente;
2. identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato;
3. determinação do preço da transação;
4. alocação do preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e
5. reconhecimento da receita quando ou conforme a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida líquida dos impostos cobrados dos clientes, que são posteriormente recolhidos às autoridades fiscais.

As receitas de contratos com clientes da Companhia são apresentadas a seguir:

19.1.2. Receita de serviços de assinatura e outros serviços

A principal obrigação de desempenho da Companhia e suas controladas é de fornecer serviços que podem incluir: i) receitas originadas pelo referenciamento de procedimentos médicos para redes parceiras, reconhecidas através da cobrança de taxas acordadas com cada parceiro, e ii) receitas originadas pela cobrança de comissão pela intermediação de seguros. As taxas de serviço de assinatura e outros serviços são cobradas como uma taxa mensal fixa e a receita relacionada é reconhecida ao longo do tempo à medida que o controle é transferido para o cliente, seja à medida que os serviços são executados ou à medida que os serviços de uma obrigação de desempenho combinada são transferidos para o cliente (sobre o prazo da transação relacionada e do contrato de prestação de serviços).

19.1.3. Impostos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não são recuperáveis junto às autoridades fiscais, caso em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do item do ativo ou despesa, conforme aplicável.
- Quando os valores a receber ou a pagar forem apresentados com o valor dos impostos sobre vendas incluídos.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar para a autoridade fiscal, é incluído como parte dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial e líquido da receita ou do custo/despesa, na demonstração do resultado.

As receitas de vendas no Brasil estão sujeitas a impostos e contribuições, com as seguintes alíquotas.

	Alíquota - %	
	Transações e outros serviços	Receitas financeiras
Programa de integração social (PIS) ^(a)	0,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) ^(a)	3,00%	4,00%
Imposto sobre Serviços (ISS) ^(b)	2,90%	—%
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ^(c)	4,50%	—%

- (a) O PIS e a COFINS são contribuições cobradas pelo governo federal sobre a receita bruta. Esses valores são faturados e cobrados dos clientes da Companhia e reconhecidos como deduções da receita bruta contra impostos a recolher, uma vez que atuamos como agentes de retenção de impostos em nome das autoridades fiscais. O PIS e a COFINS pagos em certas compras podem ser considerados como créditos fiscais para compensar com PIS e COFINS a recolher. Esses valores são reconhecidos como impostos a recuperar e são compensados mensalmente com os impostos a recolher e apresentados líquidos, pois os valores são devidos à mesma autoridade fiscal.
- (b) O ISS é um imposto cobrado pelos municípios sobre receitas provenientes da prestação de serviços. O ISS é adicionado aos valores faturados aos clientes da Companhia por seus serviços prestados. É reconhecido como deduções da receita bruta em contrapartida a impostos a recolher, pois a Companhia atua como agente de cobrança desse imposto em nome dos governos municipais.
- (c) O INSS é um encargo previdenciário que incide sobre os salários pagos aos empregados. A Companhia recolhe o INSS à alíquota de 4,50% sobre a receita bruta em função dos benefícios que esse regime oferece em relação ao INSS sobre a folha de pagamento.

19.2. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de serviços	103	416	59.450	64.051
(-) Impostos sobre receita de serviços	(11)	(25)	(5.399)	(6.112)
Receita líquida de transações	92	391	54.051	57.939
Momento do reconhecimento de receita				
Reconhecida em um momento específico	92	391	54.051	57.939
Total	92	391	54.051	57.939

20. Despesas por natureza

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros	(328)	(999)	(19.056)	(15.698)
Depreciação e amortização	(819)	(1.051)	(3.887)	(5.598)
Pessoal	(8.257)	(16.776)	(36.845)	(31.274)
Viagens	(165)	(70)	(269)	(151)
Marketing e comissões de vendas	(23)	(69)	(316)	(155)
Instalações	28	(67)	(1.014)	(1.110)
Outros	(310)	1.034	(4.650)	(1.185)
	(9.874)	(17.998)	(66.037)	(55.170)

21. Pagamento baseado em ação

A Companhia possui planos de pagamento baseado em ações, segundo os quais a administração confere a empregados e outros provedores de serviços similares o direito de receber instrumentos patrimoniais (incluindo ações ou opções de ações) da StoneCo (negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) como parte de seu plano de incentivo de longo prazo, quando atendidas as condições de aquisição de direito neles especificadas.

21.1 Políticas contábeis

As práticas contábeis utilizadas pela Companhia, no que tange ao reconhecimento dos planos de pagamento baseado em ações, estão de acordo com as normas adotadas no Brasil (CPC 10). O custo dessas transações, as quais são liquidadas em ações, é mensurado pelo valor justo na data da outorga e registrado como despesa, em contrapartida do patrimônio líquido, durante o período do serviço, ou na data da concessão, em caso de serviços passados.

O valor justo das *Restricted Shares Units* ("RSUs") é o valor de mercado do instrumento na data da outorga. Para opções e *Performance Shares Units* ("PSUs"), o valor justo é calculado utilizando o modelo de precificação *Black-Scholes-Merton*, considerando os termos e condições dos planos. A condição de desempenho e a quantidade de ações que se espera emitir são mensuradas com base em dados históricos e dados modificados, quando se espera que o futuro seja razoavelmente diferente do passado, entre outros fatores.

As duas principais variáveis do modelo foram (i) taxa de juros livre de risco e (ii) volatilidade anual, com base no preço histórico das ações da StoneCo e de *players* similares. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica é indicativa de tendências futuras, mas que podem não ser necessariamente o resultado real.

21.1.1 Restricted Shares Units ("RSUs")

Foram concedidas RSUs, as quais, em sua maioria, estão condicionadas à permanência (condições de desempenho corporativo são aplicáveis a uma minoria), e habilitam o recebimento seguindo regras de período de aquisição de direito ("*vesting period*") estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa.

As ações restritas outorgadas em 2024 têm valor justo médio de R\$ 77,71 e possuem vencimento ("*vesting period*") em tranches ao longo de um período de 2 a 8 anos.

Em 31 de dezembro de 2024 não havia RSUs a serem emitidas para os beneficiários.

21.2. Movimentação de pagamento baseado em ação

As movimentações ocorridas em 2024 e 2023 de RSUs são apresentadas abaixo:

	RSUs
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7.564
Canceladas	(7.564)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	—
Outorgadas	144.302
Transferências entre empresas do grupo	(4.513)
Canceladas	(28.634)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	111.155

Em 31 de dezembro de 2024, foram reconhecidas despesas com pagamento baseado em ações, incluindo encargos, no valor de R\$ 5.256 (R\$ 321 em 31 de dezembro de 2023), na rubrica de Despesas de pessoal.

22. Instrumentos financeiros

22.1. Políticas contábeis

22.1.1. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A Companhia mensura o valor justo de instrumentos classificados como subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado em cada data de fechamento do balanço patrimonial.

A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.



O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 — Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determinara se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada exercício de divulgação. Para o exercício de divulgação não houve transferências entre os níveis de hierarquia.

22.1.2. Instrumentos financeiros

22.2. Ativos financeiros

22.2.1. Reconhecimento e mensuração inicial

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

22.2.2. Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

22.2.2.1. Ativos financeiros ao custo amortizado

Esta categoria é a mais relevante para a Companhia. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem principalmente, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas e outros ativos.

22.2.2.2. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. A Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

22.2.3. Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou

- A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia nem transfere nem retem substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transfere o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasses, ela avalia se, e em quais medidas, retém os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere, nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

22.2.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Para contas a receber de clientes e ativos de contratos, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabelece uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

22.3. Passivos financeiros

22.3.1. Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem: contas a pagar a partes relacionadas e outras contas a pagar.

22.3.2. Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito a seguir:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.
- Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.



Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designa nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

22.3.2.1. Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, os passivos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica ao contas a pagar a partes relacionadas e outros passivos.

22.3.2.2. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação, contraprestação contingente originada em combinações de negócios e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Esta categoria pode também incluir instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e suas controladas que não são designados como instrumentos de hedge em relacionamentos de hedge, conforme definido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

A Companhia não possui passivos financeiros classificados nesta categoria.

22.3.3. Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

22.3.4. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

22.3.5. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

22.4. Gestão de riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabelece uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento.

A Companhia possui uma carteira de clientes muito diversificada com baixo nível de concentração, onde o maior cliente não representa mais que 10% da receita recorrente.

A Companhia estabelece uma provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes (Nota 6.2). A Companhia estabelece uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A exposição máxima ao risco de crédito está representada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de clientes	—	337	3.411	8.808
Contas a receber de partes relacionadas	127	120	927	1.613
Dividendos a receber	7.163	—	—	—
Outros ativos	32	570	364	1.979
	7.322	1.027	4.702	12.400

22.4.1. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas significativas ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Controladora		Menos de um ano
31 de dezembro de 2024		
Contas a pagar		148
Contas a pagar a partes relacionadas		24.691
		24.839
31 de dezembro de 2023		
Contas a pagar		186
Empréstimos e financiamentos		113
Contas a pagar a partes relacionadas		23.188
Outras contas a pagar		509
		23.996

Consolidado		Menos de um ano
31 de dezembro de 2024		
Contas a pagar		984
Contas a pagar a partes relacionadas		544
Outras contas a pagar		191
		1.719
31 de dezembro de 2023		
Contas a pagar		1.595
Empréstimos e financiamentos		113
Contas a pagar a partes relacionadas		—
Outras contas a pagar		1.079
		2.787

22.4.2. Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxas de juros decorre das aplicações financeiras em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

22.4.3. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

22.5. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para seus acionistas.

22.6. Análise dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros por categoria:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
	Custo amortizado	Custo amortizado
Ativos financeiros		
Dividendos a receber	7.163	—
Contas a receber clientes	—	337
Contas a receber de partes relacionadas	127	120
Outros ativos	32	570
	7.322	1.027
Passivos financeiros		
Contas a pagar	148	186
Empréstimos e financiamentos	—	113
Contas a pagar a partes relacionadas	—	—
Outras contas a pagar	—	509
	148	809

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
	Custo amortizado	Custo amortizado
Ativos financeiros		
Contas a receber clientes	3.411	8.808
Contas a receber de partes relacionadas	927	1.613
Outros ativos	359	1.975
	4.697	12.396
Passivos financeiros		
Contas a pagar	984	1.595
Empréstimos e financiamentos	—	113
Contas a pagar a partes relacionadas	—	—
Outras contas a pagar	191	1.079
	1.175	2.787